

MOTA, Lúcio Tadeu (Org.). *Redução Jesuítica de Santo Inácio*. Maringá: EDUEM, 2010, 174 p.

Paulo Henrique MARTINEZ*

A publicação deste livro reuniu uma equipe com perfil multidisciplinar. São autores, sete ao todo, com formação e atuação em história, sociologia, antropologia, educação, ecologia, geografia e geologia. Lúcio Tadeu Mota, o organizador, Edison Fortes, Susana Volkmer, Margarida Peres Fachini, Jefferson Merlin Baggio, José Henrique Rollo Gonçalves e Josilene Aparecida de Oliveira integram departamentos de ensino, grupos de pesquisa e unidades de trabalho com características multidisciplinares em funcionamento na Universidade Estadual de Maringá, além de atuação em órgãos públicos municipais e estaduais do Paraná.

O volume está organizado em quatro capítulos, com apêndices variados, ilustrações e fotografias. O objetivo desta diversidade é a compreensão e a divulgação do sítio arqueológico da Redução Jesuítica de Santo Inácio, neste município do norte-paranaense, na divisa com o Estado de São Paulo, na margem sul do rio Paranapanema.

Em suas páginas desfilam os sucessivos contingentes populacionais que percorreram e habitaram aquela região e suas interações sincrônicas e diacrônicas, reais e imaginárias. Foram grupos humanos de caçadores e coletores, pré-ceramistas e produtores de artefatos líticos. São grupos indígenas Guarani, praticantes da agricultura e ceramistas que passaram a ocupar áreas próximas aos rios e vales nos atuais estados de Mato Grosso, Paraná e São Paulo, há cerca de dois mil anos antes do presente (AP). Os jesuítas espanhóis chegaram ao longo do século XVI e, no início do seguinte, ergueram suas Reduções para a conversão religiosa das populações indígenas, dando origem a duas Reduções e dois aldeamentos no Vale do Paranapanema.

A destruição destas Reduções entre 1630 e 1632, deslocando e dispersando seus moradores, abriu espaço para que grupos da etnia Kaingang, do tronco Jê, percorressem livremente a região até meados do século XIX. Em 1862, foi criada uma colônia indígena do Império para atrair, reunir e disseminar a catequese e a exploração do trabalho dessa mão de obra considerada ociosa e indolente pelas autoridades imperiais e seus sequazes. Em 1878, a colônia foi extinta e seus equipamentos e integrantes agrupados em outra localidade. A instalação de uma gleba destinada à colonização do território, em 1924, a colônia Zacarias de Góes, abrigou famílias e atividades econômicas que estão na origem urbana e do atual município de Santo Inácio, instalado em 1951.

* Professor Livre-Docente - Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis – Av. Dom Antonio, 2.100, CEP: 19806-900, Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: martinezph@uol.com.br

Na década de 1960, teve início a prospecção arqueológica, que se estendeu nos anos posteriores, promovida pela Universidade Federal do Paraná e pelo Museu Paranaense. A construção da usina hidrelétrica de Taquaruçu, no município de Rosana, no Pontal do Paranapanema, ensejou novas pesquisas arqueológicas em ação conjunta da UFPR e da CESP, a empresa paulista de energia elétrica. Em 2005, estudiosos da Universidade Estadual de Maringá ocuparam-se de pesquisas arqueológicas, da proteção da área da velha Redução dos jesuítas e da organização de acervo da coleção particular de um antigo morador que reunira peças líticas e cerâmicas regionais.

O primeiro capítulo da *Redução Jesuítica de Santo Inácio* aborda o ambiente natural em que se situa o sítio arqueológico. O capítulo é assinado por Edison Fortes, Susana Volkmer, Margarida Peres Fachini, Jefferson Merlin Baggio. A sua leitura nos proporciona a informação e o conhecimento das razões desta área atrair e concentrar a ocupação humana há tanto tempo. As características de relevo, com suaves ondulações do terreno, e a zona de transição climática, situada entre o subtropical e tropical, sem estação seca e verões quentes, geadas pouco frequentes, respondem pela baixa densidade de drenagem hídrica. Esta situação propiciou a ocupação dos fundos de vale. Neles havia abundância de água e acesso a rochas duras (basálticas), seixos e cascalhos dos rios para a fabricação de utensílios cotidianos. A antiga composição vegetal da floresta estacional semidecidual continha espécies arbóreas e fauna diversificada. A embaúba, por exemplo, era utilizada em artesanato, exerce grande atração de abelhas, pássaros, peixes e mamíferos e também permite usos medicinais pelo aproveitamento de cascas e folhas. As condições naturais apresentavam-se favoráveis à instalação de coletividades humanas, estudadas no capítulo seguinte, de autoria de Lúcio Tadeu Mota.

O vale do médio rio Paranapanema possui alta densidade de sítios arqueológicos, testemunhos da antiga presença humana. Esta remonta oito mil anos AP e pode ser conhecida pelos vestígios das atividades de agrupamentos de caçadores e coletores pré-ceramistas. Os principais registros encontrados são os artefatos e sobras de lascamentos líticos na região. Os grupos de fala Guarani começaram a frequentar este espaço há mais de dois mil anos. Eram agricultores e ceramistas e viviam o crescimento demográfico e a expansão territorial. Eles alcançaram o sul do Brasil atravessando os atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelos rios Paraguai, Paraná, Paranapanema e seus afluentes. A documentação arqueológica indica que a bacia do Paranapanema foi densamente povoada até a chegada dos colonizadores europeus no século XVI.

A ocupação de territórios nesta região, pelas Reduções jesuíticas, tomou impulso no início do século XVII. Entre 1610 e 1630, foram instaladas as primeiras povoações espanholas em territórios Guarani e Jê. Foram elas: Guairá (1557), na foz do rio Piquiri, hoje no município de Terra Roxa; Vila Rica do Espírito Santo (1575), na foz do rio Corumbataí, município de

Fênix, ambos no Estado do Paraná. Os relatos dos jesuítas registram a presença de milhares de Guarani, sua organização e vida social, na região do Guairá (1588). As informações compiladas foram o ponto de partida para as atividades missionárias, a catequese e a fundação de Reduções no Guairá (1610) e no Paranapanema: Nossa Senhora do Loreto de Pirapó e Santo Inácio de Ipaumbucu. Ambas eram antigas aldeias Guarani (Tekoha) e aglomeravam cerca de oito mil pessoas em 1614. A localização destas aldeias Guarani assegurava o abrigo das cheias dos rios, havia proximidade das corredeiras piscosas, dos afluentes que forneciam argila para cerâmica e seixos para ferramentas líticas. A ação jesuítica trouxe para a região novos cultivos na agricultura, a pecuária, igrejas, o ensino de música e da religião católica. As Reduções do Guairá foram destruídas pelos ataques paulistas, em 1630 e 1632, provocando a dispersão e o deslocamento dessas populações para o Rio Grande do Sul, Paraguai e Argentina. Lá elas dariam origem aos trinta povos das Missões.

Os antigos territórios jesuíticos-guarani seriam visitados, posteriormente, até o século XIX, pelos grupos Kaingang e Guarani Kaiová que, então, circulavam pelo Vale do Paranapanema. A instalação da Colônia Indígena de Santo Inácio do Paranapanema, em 1862, agrupou uma centena de pessoas, entre indígenas, africanos livres e assalariados, dedicados ao plantio de café, milho, algodão, fumo e cana-de-açúcar. Quando, em 1865, os irmãos-engenheiros Franz e Joseph Keller fizeram a descrição do local, da planta das ruínas e do antigo colégio, também foi localizada uma linha de fortificação de defesa contra ataques – provavelmente dos Coroados, inimigos dos povos Guarani e Caiuá – e antigos caminhos na mata. Em 1866 e 1867, epidemias provocaram a morte de indígenas em toda a região. O trabalho que estes realizavam na colônia, como a confecção de telhas, beneficiamento de madeiras, agricultura, abertura de estradas e navegação, produção de açúcar e aguardente, foi abalado, mas não tornou inviável a existência da colônia. Anos depois, em 1874, ela contava mais de 200 indígenas, entre adultos e crianças, homens e mulheres Guarani e Caiuá.

No ano seguinte, 1875, as boas colheitas de milho, feijão, mandioca e arroz trouxeram quase 300 indígenas Caiuá, provenientes dos rios Paraná, Iguatemi, Itapura e Samambaia. Na avaliação de Lúcio Tadeu Mota, esses aldeamentos oficiais seriam utilizados pelos indígenas para obter o acesso a instalações, tecidos, alimentos, sal, utensílios e na promoção da sociabilidade entre grupos e parentes que habitavam territórios em São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Os aldeamentos seriam utilizados pelos indígenas como canal para recepção e redistribuição de bens e produtos entre as comunidades distantes e não reunidas em aldeamentos.

Em 1876, as secas e as epidemias correram o Vale do Paranapanema. Dois anos depois, o administrador recém-nomeado, Telêmaco Borba, classificou o aldeamento como uma

fazenda abandonada. Ele anotou a urgência da necessidade de equipamentos, artífices, ferramentas e animais para o aproveitamento da mão de obra indígena e das terras na produção agrícola e no atendimento à navegação de Mato Grosso e Paraguai. O aldeamento foi extinto em 1878. Os Guarani Nhandeva e Caiuá retornariam a Santo Inácio para desfrutar das plantações, indiferentes às ações de catequese e do aprendizado da “civilização”, confirmando o uso instrumental que faziam dos aldeamentos. Esta estratégia de reocupação de seus antigos territórios nos vales do Tibagi e Paranapanema custou-lhes contágio e mortes pelas doenças dos brancos.

No terceiro capítulo, José Henrique Rollo Gonçalves estudou as ruínas de Santo Inácio procurando apreender os sentidos dessas construções espanholas e jesuítas nos sertões do Paraná. Segundo o autor, as populações nativas, negras e caboclas também foram vistas como escombros destas regiões, enterrados nas florestas. A ideia construída no século XIX foi a de um território e de um povo por fazer na província do Paraná, diante do fracasso de espanhóis, jesuítas e bandeirantes. Restariam apenas as esperanças de nova expansão da colonização, a partir da baía de Paranaguá, observada desde o século XVII. As ruínas de Santo Inácio eram conhecidas pelas informações dos viajantes e pela concepção de interior da província como um deserto. Uma verdadeira fantasmagoria do passado alimentou a percepção da história, do território e da gente do interior paranaense. Nos anos entre 1920 e 1930, o “paranismo” desenvolveu a ideia ufanista da natureza e da história do Paraná nas penas de Romário Martins, Sebastião Paraná e Ermelino de Leão. O pós-1930 não fez mais do que aprofundar esta perspectiva interpretativa. Em 1948, o decreto estadual para a preservação das ruínas jesuíticas foi um exemplo da identificação e construção de glórias passadas.

Em 1924, Manoel Firmino de Almeida recebeu do governo estadual uma gleba de 50 mil hectares para concessão de terras nos vales do Santo Inácio, Pirapó e Tibagi até o rio Paranapanema. Na construção dos novos imóveis foi utilizado material extraído dos escombros da Redução de Santo Inácio, como telhas, tijolos, cerâmica, metais e pedras. A instalação de olarias e a ocupação irregular do lote 162, no qual estavam localizadas as ruínas, completariam as alterações no espaço da antiga Redução.

O quarto capítulo apresenta o inventário da coleção arqueológica do Museu Histórico de Santo Inácio (MHSI). Josilene Aparecida de Oliveira informa a realização das escavações ocorridas no sítio da Redução Santo Inácio, desde a década de 1960, pelo arqueólogo Oldemar Blasi. Blasi partiu do relato dos irmãos Keller e de novos levantamentos topográficos na identificação das estruturas arquitetônicas, material cerâmico e vestígios líticos. A UFPR promoveu pesquisas no vale do Paranapanema, encabeçadas pelo arqueólogo Igor Chmyz e, depois, nos anos 1980 e 1990, quando da construção da represa de Taquaruçu. Houve o registro de 13 sítios arqueológicos – quatro históricos e nove pré-

históricos. O material recolhido nestas prospecções encontra-se em Curitiba, nas coleções da UFPR e do Museu Paranaense.

As peças cerâmicas e líticas do MHSI não provêm destas escavações sistemáticas, mas de uma coleção particular, formada por Benedito Alves de Almeida, que as recolheu paralelamente aos trabalhos acima referidos. Esta coleção é composta de 1.093 peças – 198 líticas e 895 cerâmicas – entre fragmentos e peças inteiras. Apenas 15 peças não são procedentes das ruínas de Santo Inácio. O capítulo traz, em apêndice, uma descrição preliminar e não o estudo da coleção. O inventário organizou a coleção em duas partes, segundo a matéria-prima das peças: lítica e cerâmica. Estas, por sua vez, estão agrupadas segundo categorias morfológicas: vasilhas, cachimbos, mãos de pilão, rodela de fusos, fragmentos de vasilhas e de suas alças, virote, lâminas de machados, rapadores, batedores e lascas, entre outras. O inventário tem, ainda, fotografias e informações descritivas de cada uma das peças da coleção que, hoje, integra o Museu Histórico de Santo Inácio.

Há neste livro, em apêndice ao segundo capítulo, um conjunto de informações sobre as ocorrências arqueológicas no Vale do Paranapanema. No ano passado havia o registro de 190 sítios cadastrados junto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na margem direita dos rios Paranapanema e do Itararé, seu afluente, esparramados em 18, dos 29 municípios paulistas das duas bacias hidrográficas. Os perfis destes sítios são: lítico, lito-cerâmicos, aldeamentos, acampamentos, aldeias, oficinas líticas, abrigos e aterro funerário. Entre aqueles municípios paulistas, 11 não possuem sítios cadastrados: Euclides da Cunha, Mirante do Paranapanema, Taciba, Nantes, Maracaí, Pedrinhas Paulista, Cruzália, Palmital, Taguaí, Barão de Antonina, Riversul.

A reunião e a disponibilidade destas informações permitem conhecer os municípios paulistas que possuem sítios arqueológicos cadastrados na margem direita dos rios Paranapanema e Itararé. Os municípios de Rosana, Cândido Mota, Salto Grande e Fartura tiveram parte de suas áreas afetadas pela construção de barragens e represas para as usinas hidrelétricas de Taquaruçu, Canoas, Salto Grande e Chavantes, gerando a identificação e possibilidades de estudo destes sítios. O fato de um terço destes municípios não ter sítio arqueológico cadastrado junto ao IPHAN não significa a sua inexistência, mas, principalmente, as dificuldades e o potencial para a realização de futuras pesquisas arqueológicas na região.

A preservação, a pesquisa, a divulgação e a valorização deste patrimônio cultural e arqueológico também desfrutam de perspectivas promissoras, como revelam os estudos que integram o livro *Redução Jesuítica de Santo Inácio*.

Recebido em 8/9/2011

Aprovado em 17/10/2011